

ATA DA 88ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA
SÃO PAULO OBRAS – SPObras

Aos dezenove dias do mês de dezembro de 2017, às 14 horas e trinta minutos, no 8º andar da sede da Empresa, foi realizada a 88ª reunião do Conselho Fiscal, estando presentes os conselheiros fiscais titulares, Sr. Luciano Felipe de Paula Capato, Sra. Marcia Regina Moralez, Sr. Gilson Almeida Barreto Júnior, Sr. Marcos Scarpi Costa, Sr. Francisco Jucier Targino, e os representantes da SPObras, Sr. Paulo Santoro de Mattos Almeida, Diretor Administrativo Financeiro, Sr. Adão Borges Vasconcelos, Gerente Financeiro, Sra. Patricia Rocha, Analista de Administração, conforme assinaturas apostas no final desta Ata.

Iniciados os trabalhos, passou-se à apreciação dos seguintes itens da pauta:

Item 1. Aprovação da Ata da 87ª Reunião:

A Ata da 87ª Reunião do Conselho Fiscal da SPObras, realizada em vinte e três de novembro de 2017, foi lida, aprovada, e, em duas vias, assinada.

Item 2. Nomeação de Conselheiro – Portaria 345 de 17/11/2017:

Na sequência, o Sr. Paulo Santoro deu posse ao Sr. Francisco Jucier Targino, conselheiro eleito pelos empregados, nomeado através da Portaria 345, de 17/11/2017. Esteve presente, também, o suplente Sr. Murillo Leite Ferreira.

Item 3. Acompanhamento do Orçamento Empresarial – novembro/2017 e assuntos gerais:

A seguir, utilizando-se da projeção de planilhas, apresentou os resultados acumulados das demonstrações financeiras parciais, consolidadas até o mês de novembro/17, bem como as variações em comparação ao Compromisso de Desempenho Institucional - CDI e o fluxo de caixa revisado para o ano, que constam em seus pormenores no material encaminhado aos Senhores Conselheiros. O mês de novembro fechou com saldo em caixa de R\$ 9.662 mil e deve finalizar o ano com aproximados R\$ 12.800 mil, bem abaixo do saldo inicial de R\$ 30.687 mil, devido principalmente à dificuldade na realização de receitas. O Sr. Adão Vasconcelos apresentou quadro da composição dos valores das receitas em 2017, por competência, distribuído pelas três linhas de

atividade da empresa; da análise verificou-se que Serviços e Obras são responsáveis por 14% das receitas, Operações Urbanas 41% e Mobiliário Urbano 45%. Retomando, o Sr. Diretor também informou que está em processo licitatório os serviços de fiscalização do mobiliário urbano, obrigação da SPObras na condição de gestora e fiscalizadora, com previsão de destinar metade da remuneração recebida para a ampliação destes serviços. Após, deram continuidade ao assunto já abordado em reuniões anteriores, as negociações com a SMSO para o ressarcimento, e em quais moldes, do valor do acordo judicial firmado pela SPObras com o Consórcio Geométrica - Planservi – Maubertec, que totaliza R\$ 4.470 mil. Esclarecendo, o Sr. Paulo Santoro informou que a questão foi definida e dado encaminhamento na forma de processo indenizatório. O Conselheiro Sr. Luciano destacou a preocupação com a formalização das decisões, devendo conter elementos suficientes para subsidiar os registros contábeis. Segundo consignou o Sr. Marcos Scarpi, o encaminhamento da cobrança dos recursos de direito, já suportam o registro dos valores no contas a receber; finalizando, o Sr. Adão ressaltou que tais registros serão apreciados por este Colegiado, pela Auditoria Externa e Tribunal de Contas, portanto, corrobora as observações do Conselheiro Luciano quanto a necessidade de formalização das decisões para subsidiar os registros contábeis.

Item 4. Aprovação das Demonstrações Contábeis - novembro/2017:

Continuando, o Sr. Adão apresentou resumo dos resultados contábeis de novembro/2017. No mês, o resultado foi negativo em R\$975 mil, acumulando no ano um prejuízo de R\$8.025 mil; o Patrimônio Líquido fechou em R\$13.474 mil e o mês encerrou com saldo de R\$9.662 mil nas disponibilidades. O Balancete e a Demonstração de Resultado de novembro/2017, sintéticos e analíticos, foram encaminhados previamente aos Conselheiros. Não havendo manifestações contrárias, as contas foram aprovadas pelos membros do Conselho Fiscal.

Item 5. Plano de Trabalho do Conselho Fiscal:

São itens do plano de trabalho para novembro/2017: 1) Situação geral das contas; 2) Certidões negativas de débitos; 3) Análise do Fluxo de Caixa mensal e projeção anual; e 4) Análise dos relatórios semestrais decorrentes do

acompanhamento do Compromisso de Desempenho Institucional. O material referente aos itens foi encaminhado previamente aos Senhores Conselheiros.

Item 6. Assuntos Gerais:

O Diretor Paulo Santoro informou os dois tópicos a serem aqui discutidos: 1º) Minuta da alteração do Contrato Social; e 2º) Proposta de Reestruturação. Os materiais pertinentes aos temas foram encaminhados anteriormente aos Conselheiros, para uma análise prévia. O Conselheiro Sr. Francisco Targino argumentou que o material não chegou a ele, não obstante, para o prosseguimento das tratativas, seu conteúdo foi explanado pelo Sr. Diretor. No tópico 1º, alteração do Contrato Social, esclareceu que houve determinação de Junta Orçamentário Financeira - JOF para a adequação dos Contratos Sociais das empresas à Lei 13.303/2016, encaminhando para esse fim modelo padronizado a ser adotado e prazo de conclusão até dia 20/12/2017, já aprovado na Reunião de Diretoria, do Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Discorreu sobre as cláusulas onde foram propostas alterações e após ampla discussão com os Conselheiros, decidiram em quais poderiam ser mantidas as redações de JOF, e ainda, houve aprovação por consenso de quatro questões à serem encaminhadas com sugestão de alterações / solicitação de esclarecimentos: a) *Cláusula do objeto, item 2* - manter a redação, porém solicitar a exclusão do nome da Secretaria; b) *Cláusula do número de conselheiros e mandato* - sugerir a inclusão da redação dada na Lei 13.303/16; c) *Cláusula sobre a vacância da diretoria* - pedir esclarecimentos quanto ao entendimento pretendido; d) *Contração de seguro* - solicitação que sejam verificadas todas as Cláusulas que tratam do tema, pois as redações estão conflitantes. Quanto à esse último, durante sua discussão, para colaborar na tentativa de entendimento da proposta, foi convidado a participar da reunião o advogado da empresa, Dr. Johnson Araujo da Silva. Passando para o tópico 2º, o Sr. Diretor discorreu sobre as questões da empresa que levaram à necessidade de uma reestruturação, buscando maior funcionalidade e redução de despesas. Ilustrou que a empresa vem executando seus trabalhos de apoio à SMSO, através do contrato 049/16, tendo solicitado inicialmente R\$12 milhões para sua remuneração em 2017, porém os valores liberados ficaram abaixo de R\$4 milhões, insuficientes para remunerar as atividades executadas e para a manutenção da empresa. Tentando se adequar à nova realidade financeira, a empresa buscou medidas de redução nas despesas, todavia os

valores relevantes referem-se aos gastos com pessoal. Assim, foi instituído em junho do corrente ano um Plano de Demissão de Voluntária – PDV, oferecendo benefícios vantajosos por tempo de serviço, que contou com cinco adesões. Após, foi elaborado um Programa para reestruturação, mas até então se encontrava suspenso aguardando adequação às recomendações de JOF; para as demissões que poderão ocorrer, além do roteiro de JOF que orienta essas ações, buscou-se assessoria jurídica especializada para a condução destes processos, mitigando assim os riscos de recondução judicial de demitidos. Ainda dentro do Programa, JOF recomenda um novo PDV, sem qualquer benefício extra, porém deixa a cargo da empresa decidir pequenas concessões, subordinada à análise interna de capacidade financeira para tal, bem como a adequação jurídica do Programa, que já está em andamento na área jurídica, e sua aprovação pelo Conselho Fiscal. Na proposta foi apresentado montante estimado para as concessões adicionais, que ficam limitados em R\$95 mil. Colocada para deliberação a aprovação desse valor, dentro das condições do PDV proposto, cuja minuta da Norma segue anexada, foi aprovado por unanimidade, pelos integrantes do Colegiado, pautados, porém, nas informações apresentadas pelo Sr. Gerente Financeiro de que há disponibilidade financeira dos R\$95 mil previstos para o PDV e do valor de R\$640 mil provisionado para custear verbas rescisórias, estando esse consignado nos últimos relatórios de projeções de fluxo de caixa apresentados. A seguir, o Sr. Diretor passou à apresentação do Plano de Estruturação para a reorganização da empresa, identificando suas áreas de negócio; apresentou toda a estrutura funcional, as atividades e finalizou com a apresentação de um novo modelo de organograma. Concluiu que, após tomadas as medidas para o saneamento da SPObras, a diretoria pode negociar com a Administração sobre o futuro da empresa.

Ao final da apreciação dos assuntos constantes da pauta, foi colocada a palavra à disposição dos presentes. Ninguém tendo feito uso dela e nada mais havendo a ser tratado, encerrou-se a reunião.



Luciano Felipe de Paula Capato
Conselheiro Titular



Marcia Regina Moralez
Conselheira Titular



Gilson Almeida Barreto Júnior
Conselheiro Titular



Francisco Jucier Targino
Conselheiro Titular



Adão Borges Vasconcelos
Gerente Financeiro



Marcos Scarpi Costa
Conselheiro Titular



Paulo Santoro de Mattos Almeida
Diretor Administrativo Financeiro



Patricia Rocha
Analista de Administração